



AGU atuou em 14,8 milhões de processos judiciais em 2021

DIREÇÃO

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Bruno Bianco Leal

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO /

SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO

Vinícius Torquetti Domingos Rocha

CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO

Arthur Cerqueira Valério

PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Miguel Cabrera Kauam

SECRETÁRIA-GERAL DE CONTENCIOSO

Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

Edimar Fernandes de Oliveira

SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Iêda Aparecida de Moura Cagni

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO

ESTRATÉGICA

Caio Castelliano de Vasconcelos

*Justiça Brasil 2022, lançado no dia 30 de junho na TV ConJur
te na versão online ([clique aqui para ler](#)) e à venda na
[clique aqui para comprar](#))*

O trabalho da Advocacia-Geral da União evitou que a União

desembolsasse, por força judicial, R\$ 418 bilhões em 2021, valor que poderá ser aplicado em outras prioridades da agenda governamental, como destaca o advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal, que assumiu o cargo em agosto de 2021. Outros R\$ 333 bilhões, obtidos em leilões de infraestrutura, terão destino semelhante.

Funcionário de carreira da AGU, Bianco é o terceiro ocupante do cargo no governo Bolsonaro. Foi precedido pelo atual ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça – que ocupou o posto em duas oportunidades – e por José Levi Mello do Amaral Júnior.

“Os desafios para uma instituição que precisa atuar em cerca de 14,8 milhões de processos judiciais em um ano são inúmeros, mas são superados pela capacidade que a AGU vem demonstrando de encontrar soluções inovadoras e decisivas. Em 2021, a taxa de sucesso judicial da instituição subiu para 62,6%, superando a meta que havia sido estabelecida. O tempo necessário para atender a demandas de consultoria jurídica foi reduzido para oito dias. O uso do Sapiens 2.0, premiado sistema de gestão de

processos judiciais e administrativos, foi ampliado”, enumerou Bianco no relatório de gestão do órgão relativo a 2021.

Dados do Ministério da Economia, no entanto, mostram que perdas prováveis de causas do governo federal na Justiça podem causar um impacto de R\$ 1 trilhão nas contas públicas. Um processo é classificado como perda provável quando abrange ações nas quais já houve alguma decisão colegiada desfavorável à União no STF, no STJ ou no TST. Reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* mostrou ainda que, no balanço de 2020, o governo previa perdas de R\$ 769 bilhões.

Em 2019, o valor foi R\$ 681 bilhões e, em 2018, R\$ 169 bilhões. Os processos são classificados pelo governo em duas categorias: perda provável e possível. Eles envolvem tanto casos com potencial para resultar em pagamentos diretos pela União, os precatórios, como processos nos quais o governo não terá despesas diretas em caso de perda, mas que terão impacto na arrecadação futura projetada.

AGU EM NÚMEROS

	2020	2021
Advogados, procuradores e servidores	9.875	10.618
Unidades instaladas	221	209
Orçamento	R\$ 4 bilhões	R\$ 4,1 bilhões
Valores recuperados	R\$ 6 bilhões	R\$ 8 bilhões

Fonte: Relatório de Gestão AGU acesso em 30/5/2022

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

A estrutura da Advocacia-Geral da União é formada por 4.779 servidores e 5.389 membros de carreiras jurídicas, e movimenta um orçamento de mais de R\$ 4 bilhões, dos quais mais de R\$ 65 milhões para a informatização dos seus sistemas. Em 2021, foram 17 milhões de manifestações e atividades jurídicas produzidas; 21 milhões de processos movimentados; 627,5 mil manifestações consultivas; 13,9 mil manifestações ao Supremo Tribunal Federal; 16,6 milhões de atividades jurídicas contenciosas; 12 pareceres vinculantes; e 131 pareceres referenciais.

Além disso, os advogados da AGU atuaram em 6,2 milhões de processos administrativos, 14,8 milhões de processos judiciais e 31 conflitos solucionados na Câmara de Conciliação.

O relatório da AGU informa, também, que em 2021 foram atingidas 12 metas dentre as 16 estabelecidas para o ano. Este fato, segundo o órgão, reflete o balanceamento do planejamento, que estabeleceu alvos desafiadores, mas factíveis. Dos objetivos relacionados à atuação finalística foram alcançadas as seis metas estabelecidas. A taxa de sucesso judicial apresentou resultado elevado em 2021, ficando 2,4 pontos percentuais acima da meta e 3,9 acima do resultado de 2020, mesmo considerando um volume de decisões judiciais maior em 2021.

“Os incrementos nas decisões favoráveis à União observados em assuntos de grande volume impactaram de maneira mais significativa o resultado, tais como auxílio-doença previdenciário, aposentaria por invalidez e aposentadoria por tempo de contribuição”, de acordo com o relatório. Outro indicador de

destaque é o tempo de atendimento a demandas consultivas: a média em 2021 foi de oito dias. “Os bons resultados nesta frente são frutos dos esforços de monitoramento de cada uma das unidades da Consultoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal a fim de identificar possíveis gargalos no processo”, esclarece o texto.



Divulgação/AGU

Bruno Bianco, advogado-geral da União ^{Divulgação/AGU}

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Bruno Bianco Leal

NOME

Bruno Bianco Leal

NASCIMENTO

9/1/1982, em Marília (SP)

POSSE: 6/8/2021

NOMEAÇÃO: Jair Bolsonaro

ORIGEM: AGU

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- ▶ Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência (julho a agosto de 2021)
- ▶ Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tendo assumido o cargo mais alto da secretaria em fevereiro de 2020
- ▶ Assessor especial da Casa Civil da

Presidência da República, ocasião em que atuou diretamente na formulação da proposta de Reforma da Previdência

- ▶ Procurador federal da AGU desde 2008. Foi procurador regional federal junto ao INSS em São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Foi ainda procurador seccional federal em Marília (SP).

ATIVIDADE ACADÊMICA

- ▶ Bacharel em Direito, com especialização em Direito Público, pós-graduado em Direito Processual Civil e mestre em Direito pela Universidade de Marília

MAGISTÉRIO

- ▶ É professor em cursos de pós-graduação

LIVROS: *Reforma Previdenciária*

(2020, coautoria); *Previdência em Crise. Diagnóstico e Análise Econômica do Direito Previdenciário* (2018, coautoria); *Os Segredos da Prática Previdenciária: Tudo sobre o INSS em Juízo* (2015); *Evolução Histórica do Direito à Luz da Retórica* (2015); *Vida de Concurseiro* (coautoria, 2011)

Gabinete: AGU, SAS, Quadra 3, Lote 5/6, Edifício Sede I, Brasília, DF – CEP 70070-030

(61) 2026-8510 / 8513 / 8500

www.gov.br/agu

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Depois de atuar por vários anos vinculado à área econômica do governo federal – foi um dos



articuladores da Reforma da Previdência no governo Temer, por exemplo –, Bianco fez sua estreia em sustentações orais no STF em agosto de 2021, no julgamento da ADI 2.110, que contestava a constitucionalidade de alterações da Lei 9.876/1999, que mudou regras sobre contribuição previdenciária de contribuinte individual e cálculo do benefício.

A gestão de Bianco enfrentou percalços e críticas, inclusive do STF, já que em várias situações a AGU pareceu se empenhar mais na defesa dos interesses pessoais do presidente da República do que do Estado brasileiro. No caso do julgamento da ação liminar em que o AGU pedia o desbloqueio do aplicativo de mensagens Telegram, a ministra Rosa Weber, do STF, sustentou que cabe ao advogado-geral da União, no exercício do seu papel especial de curador da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos, defender a integridade da ordem jurídica em abstrato, não os interesses concretos da União, do Poder Executivo Federal ou de eventuais terceiros interessados.

Bianco cumpriu pedido de tutela de urgência contra o bloqueio de Telegram determinado pelo ministro presidente por não

MANIFESTAÇÕES E ATIVIDADES JURÍDICAS

	2020	2021
Manifestações consultivas	490,7 mil	627,5 mil
Manifestações ao STF	10 mil	13,9 mil
Atividades jurídicas contenciosas	15,5 milhões	16,6 milhões
Pareceres	228	143
Conflitos solucionados na Câmara de Conciliação	25	31

Fonte: Relatório de Gestão AGU acesso em 30/5/2022

Em outra atuação

controversa, a AGU pediu ao TSE o arquivamento do pedido de investigação da conduta do presidente da República e do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro pelo favorecimento a pastores evangélicos na distribuição de verbas da pasta.

No julgamento pelo STF da chamada “pauta verde” – conjunto de ações destinadas a disciplinar as ações do Executivo Federal na área do meio ambiente e impedir o esvaziamento dos órgãos de fiscalização –, a AGU defendeu o governo. Bianco disse não haver omissão. “Não há violação a preceito fundamental, não há omissão inconstitucional, não há, enfim, inconstitucionalidade dos atos e condutas do poder público federal. Apesar disso, a AGU reconhece e ressalta que a questão ambiental é urgente e inadiável e o maior problema da humanidade”, afirmou o AGU.



[Clique aqui para assistir ao lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2022](#)

Anuário da Justiça Brasil 2022

ISSN: 2179981-4

Edição: 2022

Número de páginas: 288

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur \(clique aqui\)](#)**Versão digital:** acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça***Anunciaram nesta edição****Apoio**

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

Anunciantes

Advocacia Fernanda Hernandez

Alexandre K. Jobim Advogados Associados

Antun Advogados Associados

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

Cléa Corrêa Advogados Associados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Cury & Cury Sociedade de Advogados

Dannemann Siemsen Advogados

David Rechulski Advogados

Décio Freire Advogados

Dias de Souza Advogados

Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados

D'Urso & Borges Advogados Associados

Ernesto Tzirulnik Advocacia

Feldens Advogados

Fidalgo Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados

Fux Advogados

Gafisa

Gomes Coelho & Bordin Sociedade de Advogados

JBS S.A.

Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados

Machado Meyer Advogados

Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia

Mendes e Nagib Advogados

Milaré Advogados



Moraes Pitombo Advogados
Mudrovitsch Advogados
Nery Sociedade de Advogados
Original 123 Assessoria de Imprensa
Prevent Senior
Refit
Sergio Bermudes Advogados
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados Associados
Walter Moura Advogados Associados
Warde Advogados

Meta Fields